

Angola está à beira da paz. As armas calaram-se. Desde a assinatura do *Memorando de Entendimento*, entre as Forças Armadas Angolanas (FAA) e as Forças Militares da UNITA (FMU), a 4 de Abril, não se registou nenhum confronto em toda a extensão do território nacional, pela primeira vez em mais de dez anos. É ainda cedo para se fazer um balanço do que foram esses anos, tarefa que deverá ser feita por outros. Permitam ao militar que sou um rápido relance sobre os episódios mais marcantes desta longa e penosa caminhada, com um pensamento especial, de pesar e agradecimento, para os camaradas tombados, e todos os angolanos, civis e militares, que perderam a vida neste longo conflito. Aos heróis Kussumua, Simione, Ngonga, Recordação e tantos outros anónimos, a minha singela homenagem. A todos os militares angolanos que no cumprimento do dever deram o melhor de si, o meu respeito e admiração.

### **31 de Maio de 1991**

Passavam duas semanas sobre o início oficial do cacimbo. Nas ruas, o povo angolano, sem distinção de cor ou credo político, festejava ruidosamente a alvorada da paz. Não faltavam os disparos com armas de guerra, com os quais nos acostumámos a descarregar as nossas angústias, para dar lugar à alegria, ao fervor e ao entusiasmo. Em Bicesse, Portugal, o Governo angolano e a UNITA tinham chegado a um entendimento, após longas semanas de discussões e manobras políticas. Uma nova dinâmica punha-se em marcha e toda a sociedade parecia ressuscitar, acordar para novos e ousados empreendimentos. As principais vias de comunicação terrestres já estavam desobstruídas, permitindo que cada um escolhesse onde viver e o que fazer. Novos actores tinham surgido no xadrez político nacional: ONU, representante do secretário-geral da ONU, tróica, Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM). No dicionário do cidadão comum tinham entrado vocábulos até então desconhecidos, mas que passaram rapidamente a fazer parte de todas as conversas: reconciliação nacional, reconstrução nacional, Unavem, capacetes-azuis, comissões conjuntas, acantonamento, desmobilização de excedentes das FAA, etc. Em boa verdade, as mudanças tinham começado dois anos antes, quando o partido no poder, o MPLA,

decidira abandonar a via do marxismo-leninismo e aceitar a livre iniciativa da economia de mercado, pilar da doutrina capitalista. À medida que se implementava o vasto programa decorrente dos Acordos de Bicesse, uma grande desorientação se instalou na sociedade angolana. E o início da campanha eleitoral, marcada por discursos políticos inflamados, contribuía para aumentar a confusão e as tensões. Este clima escaldante fazia inevitavelmente voltar à memória os acontecimentos que Angola vivera 17 anos antes, após a assinatura dos Acordos de Alvor.

### **Recuando no tempo: o ano de 1975**

Em 1975, entre a assinatura dos acordos negociados entre Portugal e os três movimentos de libertação e a proclamação da independência, a 11 de Novembro, o MPLA, a FNLA e a UNITA tinham-se envolvido numa luta feroz pelo Poder, que mergulhou o país em sangrentas batalhas. Cada um dos três movimentos procurava conquistar terreno sobre os rivais e ganhar tempo, na esperança de se colocar numa posição favorável para explorar as situações mais vantajosas que poderiam surgir a todo o momento. Os prazos eram curtos, demasiado curtos, para os dirigentes, que tinham, simultaneamente, de organizar os seus partidos, alargar a sua implantação e tratar de adquirir a supremacia. Era preciso dilatar o tempo, multiplicá-lo, e este era o objectivo dos inúmeros acordos de bastidores e alianças tácticas que se fizeram e desfizeram nos primeiros meses de 1975. O MPLA negociava com a UNITA, que, por sua vez, conspirava com a FNLA, mas a disputa não tardou a descambar para a confrontação armada. E a contenda entre militantes e simpatizantes angolanos dos três movimentos galgou rapidamente as fronteiras.

Nas vésperas do 11 de Novembro, data prevista para a independência de Angola, a situação era catastrófica. Os signatários dos acordos de Alvor estavam em guerra entre si, contando cada um com pelo menos um aliado estrangeiro; milhares de combatentes, apoiados por forças estrangeiras dotadas das mais modernas tecnologias militares, impediam o povo angolano de escolher livremente e em paz o seu destino. Mais tarde, em 1991, este passado doloroso não podia deixar de estar presente na

memória de cada angolano e no inconsciente colectivo do povo. Era óbvio para todos que a guerra tinha deixado de fazer sentido há muito tempo. Felizmente, o país não tinha sido desmembrado (como alguns estrategas chegaram a propor). Angola conseguira salvar a sua unidade e soberania, e este simples facto deveria facilitar a reconciliação nacional. Abria-se aos partidos armados a possibilidade de conquistar, à mesa das negociações e em breve nas urnas, o Poder e as vantagens que não tinham podido alcançar no teatro militar. À margem da CCPM, multiplicavam-se os contactos e acordos de bastidores, visando garantir o respeito pelos futuros vencedores, dos direitos dos vencidos e a sua plena integração na vida política nacional.

### **As eleições de Setembro de 1992**

Iniciada a campanha eleitoral, a população participou com entusiasmo nos comícios e actividades dos vários partidos. A serenidade não era total. Alguns incidentes e excessos verbais, o comportamento arrogante dos dirigentes políticos da UNITA e o desproporcionado aparelho de segurança montado à volta do seu líder, nos principais centros urbanos e durante a realização de comícios públicos, levavam os mais atentos a desconfiar das reais intenções da direcção da UNITA.

O acto eleitoral decorreu sem incidentes graves, mas logo após a divulgação dos primeiros resultados (que davam ao MPLA uma confortável maioria, mas confirmavam ao mesmo tempo a força da UNITA como o segundo maior partido nacional, representativo de mais de um terço do eleitorado), a UNITA e algumas formações menores rejeitaram-nos, alegando fraude, e exigiram a sua anulação.

Contudo, as Nações Unidas, os observadores internacionais e os restantes partidos angolanos declararam que as eleições tinham sido realmente «livres e justas». A tensão começou a subir, bem como o tom dos discursos da direcção da UNITA, que ecoava como uma ameaça no imaginário dos cidadãos, suscitando medos e desconfianças.

A ruptura parecia cada vez mais inevitável. Para nós, militares, o ponto de viragem surgiu a 5 de Outubro de 1992, quando os generais da UNITA que

tinham sido incorporados no Exército Nacional em formação decidiram abandonar os seus postos, quebrando o juramento que tinham feito como oficiais das FAA.

Eu e o general Abílio Camalata «Numa», na altura comandantes das Forças Armadas Angolanas que estavam em formação com efectivos provenientes das Forças Armadas do Governo e da UNITA após incessantes reuniões a nosso nível, decidimos contactar as respectivas chefias no sentido de evitarmos a guerra. Iniciámos logo uma série de contactos e reuniões intermináveis com os comandantes, tratando de impedir a ruptura entre os militares. Ao «Numa» foi incumbida a missão de convencer os seus camaradas e trazer de volta os generais amotinados. Tarefa ingrata e de resultado incerto, mas tínhamos consciência de que se tratava de um último esforço para evitar uma nova guerra, e não podíamos deixar de fazê-lo.

Cabia-me desenvolver diligências junto dos comandantes das FAPLA para que aceitassem discutir as razões e condições exigidas pelos homens da UNITA. À hora marcada para um encontro entre generais do Governo e do Galo Negro, só os primeiros estavam presentes; os da UNITA não apareceram. Todas as tentativas para chamá-los à razão fracassaram. Os generais Alberto Neto, Chefe do Estado-Maior-General das FAPLA, e António França «N'Dalu», chefe da representação do Governo na CCPM, esperaram pacientemente, horas a fio, porque lhes tinha dito que o general «Numa» me prometera trazer os generais da UNITA para uma reunião onde trataríamos, em conjunto, de separar as questões militares das vertentes políticas dos Acordos de Bicesse.

Na nossa opinião, havia que impedir, a todo o custo, que os generais voltassem à guerra, porque, independentemente das opções políticas de cada um e das dúvidas de todos em relação ao futuro, a paz seria sempre a melhor alternativa, sobretudo para as populações das cidades.

Os sinais precursores da nova guerra começaram a aparecer escassos dias depois da nossa reunião falhada. A UNITA, utilizando militares à paisana, enquadrados e apoiados por alguns militares armados, atacou e ocupou as sedes de uma série de municípios rurais.

Os golpes de mão multiplicaram-se por todo o país, e no princípio de Novembro já era evidente que a UNITA se preparava para usar a mesma tática para ocupar as capitais de província.

A UNITA tinha conservado uma força armada organizada e estava preparada para uma nova guerra, que considerava legítima.

Pelo contrário, as forças governamentais (FAPLA) tinham-se dissolvido quase por completo a partir do cessar-fogo, por cansaço, falta de perspectiva ou aversão natural à vida militar.

Um boato tinha contribuído para acelerar o processo. Começou a falar-se de metais preciosos supostamente existentes no interior de todo o tipo de munições, o que suscitou uma enorme curiosidade entre a população, incluindo os militares. Iniciou-se uma corrida em busca dos tais metais preciosos, cujo único resultado foi a dilapidação do arsenal das FAPLA, que eram, nessa época, um dos mais poderosos exércitos de África. Milhares de equipamentos e armas da terceira geração foram roubados e/ou desmontados, na vã esperança de extrair os tais metais preciosos. Frustrada a procura, apareceram os compradores clandestinos de cobre, latão, bronze, ferro e mercúrio, que recolhiam e seleccionavam a sucata que depois revendiam além-fronteiras! A origem do boato ficou por esclarecer, mas tudo aponta para a intervenção de alguns serviços de inteligência estrangeiros...

### **A nova guerra**

Quando a UNITA iniciou a ocupação dos municípios, a Polícia Nacional, mal equipada e sem preparação militar, teve de fazer face, praticamente sozinha, à dramática situação. As Forças Armadas careciam de tudo: meios humanos e materiais, equipamentos. Em poucos meses, a UNITA ocupou mais de metade do país e o avanço das suas forças parecia irresistível.

No Norte, o Soyo, Mbanza Congo, Uije e a quase totalidade das províncias do Cuanza Norte e Bengo caíram em seu poder. Só Malanje conseguiu resistir. No Leste, as capitais Dundo, Saurimo e Luena escaparam, mas totalmente isoladas do resto do país e com todos os municípios das três províncias sob o controlo do Galo Negro.

No Planalto Central, o Huambo, «coração da UNITA», segundo a mitologia do Galo Negro, caiu depois de 56 dias de cerco e duríssimos combates. No Bié, o comandante Kussumua conquistou o seu lugar na história de Angola, organizando a defesa do Cuíto com os efectivos da Polícia, alguns militares residentes na cidade e populares. Sementeira de heróis, de onde surgiram Simione, Ngonga e outros, que resistiram até ao fim, conforme uns iam caindo, outros erguiam-se para ocupar o lugar e prosseguir a luta. Honra e glória aos heróis do Cuíto-Bié, cidade mártir, que será recordada como símbolo da coragem e resistência de um povo, como Guernica, Estalinegrado ou Sarajevo.

Na província de Benguela, só Benguela e o Lobito ficaram em poder das forças governamentais, todos os outros municípios foram ocupados pela UNITA. A história não registou os esforços desesperados que fizemos para salvar Benguela. Os generais Luís Faceira e Armando da Cruz Neto foram os heróis desconhecidos desta luta. O general Armando, gravemente ferido, conseguiu sobreviver graças às mãos hábeis do coronel Médico Alfredo Carvalho e da sua equipa.

No Sul, o Cunene resistiu e consigo todos os seus municípios. Da Huíla, só se salvou o Lubango e a Matala. O Cuando-Cubango ficou isolado, com a cidade de Menongue a impedir que a UNITA completasse a ocupação total da província. Unicamente Cabinda e Namibe escaparam aos horrores desta guerra. Nessas duas províncias registaram-se pequenas escaramuças entre simpatizantes dos dois partidos armados, que causaram algumas baixas, uma gota de água face às proporções dantescas que a guerra adquiriu no resto do país.

A situação era angustiante. O poder do MPLA, legitimado pelo voto popular, estava em perigo e a capacidade de resistência parecia próxima do fim. E, no entanto, um ano depois, a situação começou a alterar-se, como resultado de um gigantesco esforço financeiro e logístico do Governo.

Numa primeira fase, procedeu-se ao recrutamento de 250 especialistas militares sul-africanos e de outras nacionalidades, para a defesa do Governo e das instituições do Estado. Mais tarde, verificou-se que a sua intervenção tinha sido pouco significativa, quer em acções combativas, quer para a

organização e preparação de uma grande unidade militar angolana, a 16.<sup>a</sup> Brigada. Seguidamente iniciou-se a preparação de pequenas e médias unidades com características defensivas e simultaneamente, minuciosamente, formaram-se as futuras unidades de ataque. É justo reconhecer que os militares portugueses (comandos) contribuíram sem vacilações na formação das primeiras unidades de intervenção que permitiram manobrar nas profundidades das linhas inimigas e ganhar as guerras quer no interior quer no exterior do país.

Em 1994 equilibrou-se a correlação de forças e, paulatinamente, mas sempre com grandes esforços, as forças governamentais recuperaram a iniciativa, alterando a situação militar a seu favor.

Em Novembro, a balança inclinava-se decididamente para o lado do Governo e a vitória total só não foi alcançada porque a pressão externa obrigou à assinatura do Protocolo de Lusaca.

Os combates cessaram sem que houvesse um vencedor claro e absoluto, apesar das vitórias que as forças governamentais tinham acumulado na última fase da guerra.

Iniciou-se um novo período de conversações e negociações políticas intermináveis, sob a mediação da ONU ou bilaterais. As denúncias de violações ou incumprimento, pela UNITA, dos Acordos de Lusaca eram invariavelmente atribuídas aos «inimigos da paz».

Para o maliano Alioune Blondin Beye, representante do secretário-geral da ONU, o mais importante era fazer passar uma mensagem pacifista, ignorar as provocações e esperar pacientemente, porque a paz acabaria por vencer. Mas para os Angolanos que observavam a evolução da situação com realismo e não com os olhos do coração tornava-se cada vez mais evidente que a guerra iria recomeçar.

### **As guerras dos Congos**

Condenadas à inacção, por força dos acordos de paz, as FAA tinham entrado de novo numa fase de declínio e desmoralização. O Governo, empenhado no processo de paz, deixou de prestar a devida atenção aos assuntos militares. Escasseavam os meios logísticos, a fome voltou a rondar os

quartéis, provocando inúmeras deserções. Foi necessário um grande esforço psicológico para evitar um desmoronamento idêntico ao que acontecera depois de Bicesse.

Mas, de repente, as FAA foram chamadas a intervir nas guerras dos Congos. Desde o início do conflito em Angola, um dos objectivos estratégicos da política governamental tinha sido pôr termo à ajuda que a subversão interna recebia do exterior, com o apoio, aberto ou tácito, dos governos de alguns países limítrofes. Mas os esforços diplomáticos tinham sido infrutuosos, e Angola não podia intervir para provocar a queda dos regimes que apoiavam a UNITA sem violar os seus próprios princípios de não ingerência nem correr o risco de ser condenada pela comunidade internacional.

As guerras civis que eclodiram na República do Congo e no Zaire em 1996-1997 alteraram esta situação, e o Governo angolano resolveu intervir militarmente nestes países, em defesa do interesse nacional e da estabilidade regional.

Estas intervenções foram o balão de oxigénio que arrancou as FAA do estado pré-comatoso em que se encontravam. Algumas unidades militares foram rapidamente reequipadas, e reactivaram-se os comandos regionais segundo um novo modelo muito mais funcional. Os comandos regionais, mesmo sem dispor em permanência de tropas operacionais, deveriam ter a capacidade de mobilizar e enquadrar rapidamente novos efectivos para realizar operações de largo alcance.

A ideia resultou. Vencemos as guerras dos Congo, em Brazzaville sozinhos e, em Kinshasa, em coligação com o Uganda e o Ruanda, aliados pontuais, que não chegámos a conhecer directamente e com os quais nunca realizámos uma acção coordenada ao nível militar. Angola forneceu a maior parte do suporte logístico.

Foi uma aliança essencialmente política e, como é habitual neste tipo de situação, uma vez iniciada a guerra contra Mobutu, cada uma das partes procurou retirar o máximo de dividendos da acção conjunta, em função dos seus interesses nacionais. Os de Angola limitavam-se à segurança das suas fronteiras e ao Baixo Zaire.

Derrubado Mobutu, os aliados desentenderam-se e começaram a lutar entre si. Ugandeses e ruandeses organizaram uma rebelião armada contra o Presidente Laurent Désiré Kabila, e lançaram-se numa ofensiva generalizada contra o novo regime congolês, que contou nalguns momentos com o apoio de efectivos da UNITA que tinham combatido ao lado do exército de Mobutu.

No plano político, Angola tomou a defesa de Kabila e formou uma nova coligação, com o Zimbabwe e a Namíbia. As FAA consolidaram as suas posições na parte do território do ex-Zaire considerada de interesse estratégico para Angola, depois de expulsar os ex-aliados ugandeses e ruandeses da região. Dadas as dimensões do país, a guerra zairense adquiriu grandes proporções, mas ficou sempre muito aquém da violência e da intensidade da guerra angolana, e os nossos militares, mesmo em situações de inferioridade numérica evidente, foram sempre capazes de resolver as situações em que estiveram envolvidos, e mesmo de prestar apoio aos contingentes de outras nacionalidades.

### **A terceira guerra**

Entretanto, em Angola, a situação agravava-se de dia para dia. As negociações prosseguiram, sem que ninguém soubesse ao certo o que a UNITA pretendia. Os seus representantes na Comissão Conjunta rejeitavam tudo o que lhes era proposto ou meramente sugerido.

Uma vez mais, os militares angolanos tinham consciência de que a guerra não tardaria a recomeçar. Já não podiam ser acusados de serem «inimigos da paz», mas também não lhes era permitido tomar qualquer medida para impedir o regresso da guerra. Os seus avisos eram ignorados e bastas vezes mal interpretados. Uma parte significativa da opinião pública, nacional ou estrangeira, acreditava que os militares desejavam continuar a guerra, porque esta justificava a sua existência, o aumento do orçamento das Forças Armadas e oferecia aos oficiais oportunidades de promoção e enriquecimento fácil. Os generais eram apresentados como os «senhores da guerra», insensíveis ao sofrimento do povo e indiferentes aos interesses da nação e ao seu desenvolvimento económico e social. Eram acusados de

propaganda hostil à reconciliação e tidos como os principais responsáveis pelo mau ambiente político.

Na verdade, como se verificou posteriormente, a UNITA tinha posto em marcha o seu novo projecto militar e, em segredo e muitas vezes sob os olhos dos capacetes azuis e observadores da ONU, rearmava-se para uma guerra que esperava ganhar rapidamente.

O novo conselheiro militar da direcção da UNITA, o general ucraniano «Max» e o seu *staff* de técnicos e instrutores prepararam uma força motorizada, dotada de um grande poder de fogo, e tinham traçado o seu programa de acção. No início, concentrariam os seus esforços sobre o Huambo, que deveria ser ocupado em três dias (D+3); incrementariam o esforço e o poder de fogo e em D+15 ocupariam Benguela e Lobito.

A partir de D + 30 estariam em condições de lançar a ofensiva final sobre Luanda. Na capital, o objectivo era ocupar os principais centros de decisão, não prestando atenção aos objectivos menores, de forma a completar a ocupação militar de Luanda num tempo recorde (*blitzkrieg*). A operação exigia uma organização logística complexa e intensa. As ex-repúblicas soviéticas eram uma fonte de abastecimento discreta, onde a UNITA podia adquirir os equipamentos mais sofisticados, chegando a constituir um verdadeiro exército convencional.

Pontes aéreas entre a Europa do Leste e Gbadolite, no Zaire e Pointe Noire, na República do Congo, traziam o material bélico, que era posteriormente transportado para o Andulo em aviões de menor porte. A direcção da UNITA foi apanhada de surpresa pelas mudanças de regime em Brazzaville e Kinshasa, que foram um duro golpe para a sua estratégia. Tudo ficou mais complicado. Já não dispunha de uma retaguarda segura, as principais linhas logísticas haviam sido cortadas e as possibilidades de reabastecimento futuras, uma vez iniciada a ofensiva, seriam aleatórias e mais onerosas.

Começaram a surgir desavenças entre os mercenários ucranianos e a liderança política da UNITA, mas esta continuava convencida de que os meios de que dispunha seriam suficientes para a execução do plano previamente traçado. Entretanto, as Forças Armadas do Governo desenvolveram a subtil e engenhosa operação de inteligência com o propósito de tornar

inoperacional a força blindada da UNITA. A operação, felizmente, foi bem sucedida. Além disso, o efeito de surpresa jogaria a seu favor, dado que o Governo angolano não tinha conhecimento dos preparativos em curso.

À mesa das negociações, que continuavam, as duas partes angolanas agiam segundo estratégias divergentes. A UNITA estava interessada em fazer alastrar o processo para aumentar a sua vantagem sobre as forças governamentais, que pareciam cada vez mais desgastadas e desmotivadas. O Governo, pelo contrário, procurava acelerar o processo. Sabia que o tempo jogava a seu desfavor, mas encontrava-se sujeito a fortes pressões para não sair dos carris do Protocolo de Lusaca, que a UNITA tinha abandonado no início do Verão de 1998.

O impasse era total. Savimbi campeava sobre as suas posições, sem dar o menor sinal de flexibilidade, esperando apenas pela melhor oportunidade para lançar o ataque. Durante cerca de seis meses, não aconteceu nada. Em Dezembro, finalmente, o Governo angolano resolveu tomar a iniciativa, mas já era tarde. As nossas tropas foram surpreendidas pela capacidade de fogo das unidades regulares da UNITA e derrotadas no Bailundo e Boas Águas, na província do Huambo, e Cunhinga, no Bié.

Houve momentos de pânico e desorientação, que foram rapidamente ultrapassados, mas estes reveses serviram para dar aos comandos militares das FAA a noção exacta da correlação de forças.

Foram tomadas de imediato as medidas cautelares que se impunham para evitar novas e mais graves surpresas. Mas, de repente, e sem que nada o fizesse prever, a direcção da UNITA alterou os seus planos e, em vez de concentrar o ataque contra o Huambo, reorientou o seu dispositivo para o Cuíto-Bié. Foi um grande alívio para o comando das FAA, que pôde dispor de um prazo suplementar para organizar a contra-ofensiva. Era o que mais precisávamos, porque, de novo, o Governo tinha de realizar um enorme esforço financeiro e logístico, em condições de emergência, para sair da armadilha que o exército da UNITA se preparava para lançar contra Luanda. Rapidamente, novas unidades foram formadas e apetrechadas. Novos equipamentos e uma logística nova permitiam uma visão sobre a condução da guerra diferente de tudo o que tínhamos conhecido anteriormente.

Apesar da incompreensão geral e da oposição de boa parte da opinião pública nacional e internacional, as FAA, dispendo de um leque de oficiais altamente qualificados, em que se incluíam os quadros provenientes da UNITA, não pouparam esforços até conseguir reverter a situação militar a seu favor.

O que começou a verificar-se a partir do segundo semestre de 1999, quando as FAA estiveram em condições de lançar uma ofensiva geral, bem sincronizada com as acções do poder político, que permitiu quebrar as linhas da UNITA e desalojá-la dos seus baluartes do Planalto Central. A partir deste momento, o poder político e militar da UNITA entrou em declínio e, em 2000, as FAA deram início à fase seguinte, de destruição e eliminação das bolsas de resistência espalhadas por todo o país.

A Direcção da UNITA foi encurralada no Leste, em território hostil, com pouca população e escassos meios de sobrevivência, onde Savimbi acabou por ser morto, a 22 de Fevereiro de 2002, perto do local onde fundara o seu movimento, em 1966.

### **As feridas que a guerra deixou**

Esta última guerra foi, em termos humanos e materiais, a mais destruidora de todas as que Angola conheceu no último meio século. As principais capitais de província foram duramente afectadas. O Cuíto foi totalmente arrasado; Luena e Menongue parcialmente destruídas; Uíje e Malanje cercadas e bombardeadas durante semanas e meses. As cidades do Leste voltaram a ser isoladas do resto do país. Todas as vias de comunicação terrestres foram bloqueadas, as principais infra-estruturas económicas e sociais destruídas ou seriamente danificadas.

O sofrimento do povo angolano atingiu níveis insuportáveis, o número de mortos e feridos não parava de aumentar, e os comandantes das principais unidades governamentais morreram em combate, o que nunca acontecera em 25 anos de guerra.

O exercício da condução da guerra foi extremamente complexo, e em larga medida incompreendido pela generalidade da classe política, e contestado

por uma sociedade civil, natural e legitimamente cansada de um conflito que parecia não ter fim.

Durante a fase final da guerra registou-se uma crescente divisão acerca da melhor maneira de pôr fim ao conflito, e as divergências fizeram-se sentir nos meios políticos e militares. Alguns pensavam que a UNITA tinha sido derrotada e deixara de representar uma ameaça militar, e que era a altura de o vencedor se mostrar magnânime para com o vencido, convidando-o para a paz. Esta tese encontrava um forte apoio entre os políticos que estimam que Angola precisa de ter uma oposição forte e estruturada, que ajude o Governo a ser também ele mais forte e empreendedor.

Outros, pelo contrário, sustentavam que a guerra deveria ser levada até ao fim e, se possível, até ao aniquilamento completo da UNITA, causadora de tantas guerras, destruições e mortes, e que não parecia capaz de se transformar no tal partido de oposição, forte e democrático. Liberto do peso da guerra, o MPLA sentir-se-ia suficientemente seguro para permitir o aprofundamento da democracia e o surgimento de outras forças políticas, viradas para o futuro e capazes de o ajudar a reerguer a nação.

O MPLA, partido do Governo, habituado a gerir crises, encontrou no seu seio as energias suficientes para se reerguer e assumir a liderança da mobilização nacional, apesar do aparecimento de outras forças políticas capazes de gerar uma oposição construtiva e ajudar a reerguer e a reconciliar a nação.

As opiniões continuam divididas, mas compete aos dirigentes políticos tomar as decisões, auscultando a opinião e os sentimentos dos Angolanos, e sem ceder às pressões e ingerências externas. Angola precisa de paz para se reconstruir, e de todas as ajudas e cooperação que seja possível mobilizar para esta tarefa gigantesca. E a primeira prioridade deve ser acabar com a fome e a extrema miséria em que se encontram milhões de compatriotas. Enterrar os mortos e cuidar dos vivos.